

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### ADENDO DA PAUTA Nº 01/2016

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução nº. 005/2007 do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, adita a Pauta nº 01/2017, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 31/01/2017, com Sessão Ordinária prevista para o próximo dia 07 de fevereiro do ano em curso, terça-feira, a partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões da Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº. 750 – Centro Administrativo da Bahia – CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

### **3. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:**

#### **RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:**

- 3.65. Inquérito Civil nº 678.0.144709/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 3.66. Inquérito Civil nº 591.0.247104/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 3.67. Procedimento Ministerial nº 596.0.105687/2013, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.68. Inquérito Civil nº 600.0.263508/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.69. Inquérito Civil nº 709.0.84782/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 3.70. Procedimento Ministerial nº 035.0.180065/2015, da Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 3.71. Inquérito Civil nº 025.0.184931/2013, da Promotoria de Justiça de Belo Campo;
- 3.72. Inquérito Civil nº 013.0.216116/2016, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 3.73. Procedimento Ministerial nº 681.0.245554/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 3.74. Inquérito Civil nº 001.0.194387/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.75. Inquérito Civil nº 598.0.127277/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.76. Inquérito Civil nº 003.0.186269/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.77. Procedimento Ministerial nº 003.0.189575/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Consumidor;
- 3.78. Procedimento Ministerial nº 003.0.157861/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 3.79. Procedimento Ministerial nº 657.0.114979/2014, da Promotoria de Justiça de Ipiaú;

- 3.80. Procedimento Ministerial nº 003.0.132795/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.81. Inquérito Civil nº 003.0.133063/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.82. Inquérito Civil nº 699.1.48223/2006, da 1ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.83. Procedimento Ministerial nº 003.0.147688/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 3.84. Procedimento Ministerial nº 035.0.209323/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 3.85. Procedimento Ministerial nº 608.0.170985/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.86. Procedimento Ministerial nº 003.0.19904/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 3.87. Inquérito Civil nº 600.0.93431/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.88. Inquérito Civil nº 001.0.143532/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.89. Procedimento Ministerial nº 608.0.83981/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.90. Procedimento Ministerial nº 608.0.40707/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.91. Inquérito Civil nº 644.0.14384/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.92. Procedimento Ministerial nº 698.0.21899/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 3.93. Inquérito Civil nº 288.0.206954/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos;
- 3.94. Inquérito Civil nº 702.0.162205/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 3.95. Procedimento Ministerial nº 003.0.65449/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.96. Inquérito Civil nº 698.0.115696/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 3.97. Inquérito Civil nº 003.0.62568/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 3.98. Inquérito Civil nº 681.0.172671/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 3.99. Procedimento Ministerial nº 598.0.85376/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.100. Inquérito Civil nº 003.0.11065/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 3.101. Inquérito Civil nº 003.0.136308/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.102. Inquérito Civil nº 146.0.146765/2009, da Promotoria de Justiça de Laje;
- 3.103. Inquérito Civil nº 644.0.146655/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.104. Inquérito Civil nº 674.0.206147/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de

Alagoinhas;

3.105. Inquérito Civil nº 644.0.161738/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

3.106. Inquérito Civil nº 644.0.160378/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

3.107. Procedimento Ministerial nº 003.0.82692/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

3.108. Procedimento Ministerial nº 003.0.111393/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:**

3.109. Procedimento Ministerial nº 057.0.118717/2015, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;

3.110. Inquérito Civil nº 003.0.72480/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.111. Inquérito Civil nº 003.0.26294/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.112. Inquérito Civil nº 596.0.89070/2014, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.113. Procedimento Ministerial nº 003.0.68061/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

3.114. Procedimento Ministerial nº 598.0.147598/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.115. Procedimento Ministerial nº 003.0.11671/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

3.116. Inquérito Civil nº 003.0.45518/2012, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.117. Inquérito Civil nº 003.0.35978/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

3.118. Inquérito Civil nº 003.0.48643/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.119. Inquérito Civil nº 598.0.66849/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.120. Inquérito Civil nº 003.0.256889/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.121. Procedimento Ministerial nº 003.0.64204/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.122. Procedimento Ministerial nº 608.0.107445/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.123. Inquérito Civil nº 644.0.160317/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

3.124. Inquérito Civil nº 003.0.44462/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.125. Procedimento Ministerial nº 003.0.249367/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

- 3.126. Inquérito Civil nº 702.0.156893/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 3.127. Inquérito Civil nº 702.0.156893/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 3.128. Inquérito Civil nº 705.0.187348/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 3.129. Procedimento Administrativo nº 647.0.51048/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 3.130. Procedimento Ministerial nº 596.0.106021/2015, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.131. Procedimento Ministerial nº 596.0.112118/2014, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.132. Inquérito Civil nº 003.0.127524/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.133. Inquérito Civil nº 003.0.170984/2013, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 3.134. Procedimento Ministerial nº 003.0.1587/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência - GEIDDEF;
- 3.135. Procedimento Ministerial nº 003.0.127636/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.136. Procedimento Ministerial nº 003.0.125709/2015, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador;
- 3.137. Inquérito Civil nº 001.0.3742/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.138. Inquérito Civil nº 644.0.160059/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.139. Inquérito Civil nº 592.0.224110/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 3.140. Procedimento Ministerial nº 596.0.124999/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.141. Inquérito Civil nº 591.0.120586/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 3.142. Inquérito Civil nº 681.0.172774/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 3.143. Procedimento Ministerial nº 674.0.234886/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 3.144. Inquérito Civil nº 598.0.75138/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.145. Inquérito Civil nº 003.0.79464/2014, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.146. Inquérito Civil nº 003.0.626/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.147. Inquérito Civil nº 597.0.209602/2014, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental, com sede em Valença;
- 3.148. Procedimento Ministerial nº 598.0.227142/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.149. Inquérito Civil nº 190.0.214476/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 3.150. Inquérito Civil nº 003.0.26637/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.151. Inquérito Civil nº 600.0.57366/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

3.152. Procedimento Ministerial nº 608.0.190310/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.153. Inquérito Civil nº 003.0.105544/2010, 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.154. Inquérito Civil nº 708.0.159208/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

3.155. Procedimento Ministerial nº 674.0.196600/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

3.156. Inquérito Civil nº 001.0.172496/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.157. Inquérito Civil nº 596.0.80771/2009, da 16ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

3.158. Inquérito Civil nº 596.0.27600/2013, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.159. Procedimento Ministerial nº 591.0.95446/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.160. Inquérito Civil nº 596.1.76205/2006, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.161. Inquérito Civil nº 003.0.29629/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.162. Inquérito Civil nº 003.0.99167/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.163. Inquérito Civil nº 003.0.189035/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

3.164. Inquérito Civil nº 003.0.116459/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.165. Inquérito Civil nº 003.0.196897/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

3.166. Inquérito Civil nº 003.0.59572/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.167. Procedimento Ministerial nº 674.0.224829/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

3.168. Inquérito Civil nº 069.0.14830/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

3.169. Inquérito Civil nº 003.1.18919/2007, da 2ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

3.170. Inquérito Civil nº 675.0.238259/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Barra;

3.171. Inquérito Civil nº 597.0.45780/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:**

3.172. Procedimento Ministerial nº 001.0.20859/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.173. Inquérito Civil nº 204.0.106396/2016, da Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos;

3.174. Inquérito Civil nº 204.0.106803/2016, de Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos;

3.175. Inquérito Civil nº 241.0.13092/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;

3.176. Procedimento Ministerial nº 013.0.199034/2016, da Promotoria de Justiça de Antas;

3.177. Inquérito Civil nº 674.0.105750/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

3.178. Procedimento Ministerial nº 003.0.187667/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.179. Procedimento Ministerial nº 608.0.123897/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.180. Inquérito Civil nº 003.0.83057/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.181. Inquérito Civil nº 678.0.129071/2010, 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;

3.182. Inquérito Civil nº 003.0.161800/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.183. Inquérito Civil nº 003.0.128140/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.184. Inquérito Civil nº 644.0.139272/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

3.185. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.145932/2011, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.186. Inquérito Civil nº 608.0.214341/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.187. Inquérito Civil nº 678.0.172503/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;

3.188. Inquérito Civil nº 266.0.132074/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

3.189. Procedimento Ministerial nº 003.0.248846/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

3.190. Inquérito Civil nº 003.0.6634/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.191. Inquérito Civil nº 003.0.196750/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.192. Procedimento Ministerial nº 003.0.48654/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.193. Inquérito Civil nº 003.0.149774/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.194. Inquérito Civil nº 590.0.239044/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.195. Inquérito Civil nº 596.0.1655/2015, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.196. Inquérito Civil nº 681.0.78417/2007, da Promotoria de Justiça de Uauá;

3.197. Inquérito Civil nº 046.0.115625/2014, da Promotoria de Justiça de Itajuípe;

3.198. Inquérito Civil nº 699.1.20472/2005, da 3ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

3.199. Procedimento Ministerial nº 003.0.132088/2016, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação –

GEHDIS;

3.200. Inquérito Civil nº 078.0.54023/2012, da Promotoria de Justiça de Caldas de Cipó;

3.201. Inquérito Civil nº 591.0.247496/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.202. Procedimento Ministerial nº 591.0.100166/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.203. Procedimento Ministerial nº 591.0.150745/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.204. Inquérito Civil nº 003.0.78181/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.205. Procedimento Ministerial nº 114.0.195506/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

3.206. Procedimento Ministerial nº 598.0.12698/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.207. Procedimento Ministerial nº 608.0.111953/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.208. Procedimento Ministerial nº 596.0.144725/2016, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.209. Procedimento Ministerial nº 598.0.180338/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.210. Inquérito Civil nº 647.0.181199/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

3.211. Inquérito Civil nº 003.0.174229/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.212. Inquérito Civil nº 596.0.112114/2014, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.213. Procedimento Ministerial nº 608.0.203192/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.214. Inquérito Civil nº 371.0178964/2007, da Promotoria de Justiça de Itacaré;

3.215. Inquérito Civil nº 003.0.26594/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.216. Procedimento Ministerial nº 596.0.112127/2014, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.217. Inquérito Civil nº 088.0.70248/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

3.218. Inquérito Civil nº 596.0.132723/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.219. Inquérito Civil nº 608.0.143496/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.220. Procedimento Ministerial nº 003.0.46235/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;

3.221. Inquérito Civil nº 706.0.21765/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;

3.222. Procedimento Ministerial nº 598.0.233854/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.223. Procedimento Ministerial nº 596.0.105691/2013, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.224. Procedimento Ministerial nº 035.0.249594/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

- 3.225. Inquérito Civil nº 681.0.27605/2010, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 3.226. Inquérito Civil nº 600.0.3968/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.227. Procedimento Ministerial nº 598.0.54986/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.228. Inquérito Civil nº 644.0.81593/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.229. Procedimento Ministerial nº 003.0.54578/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.230. Procedimento Ministerial nº 003.0.133029/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.231. Inquérito Civil nº 242.0.85415/2007, da Promotoria de Justiça de Retiroândia;
- 3.232. Procedimento Ministerial nº 003.0.84731/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 3.233. Inquérito Civil nº 003.0.174966/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.234. Procedimento Ministerial nº 5598.0.113431/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.235. Inquérito Civil nº 035.0.147732/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 3.236. Inquérito Civil nº 003.0.110110/2013, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.237. Inquérito Civil nº 003.0.207438/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.238. Procedimento Ministerial nº 597.0.146289/2007, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 3.239. Inquérito Civil nº 696.0.190892/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 3.240. Inquérito Civil nº 596.0.32105/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.241. Procedimento Ministerial nº 598.0.200130/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 3.242. Procedimento Ministerial nº 003.0.223200/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.243. Inquérito Civil nº 003.0.154121/2014, do grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.244. Inquérito Civil nº 596.0.88368/2014, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.245. Procedimento Ministerial nº 212.0.165653/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 3.246. Procedimento Ministerial nº 045.0.115903/2016, da Promotoria de Justiça de Itagimirim;
- 3.247. Procedimento Ministerial nº 212.0.164436/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 3.248. Inquérito Civil nº 212.0.191436/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 3.249. Procedimento Ministerial nº 596.0.171465/2009, da 21ª Promotoria de



Justiça de Feira de Santana;

3.250. Procedimento Ministerial nº 598.0.206053/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.251. Procedimento Ministerial nº 035.0.247013/2012, da Promotoria de Justiça de Cachoeira;

3.252. Inquérito Civil nº 705.0.47857/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.253. Inquérito Civil nº 591.0.67735/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.254. Inquérito Civil nº 003.0.240696/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.255. Inquérito Civil nº 696.0.44840/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;

3.256. Inquérito Civil nº 600.0.18564/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

3.257. Inquérito Civil nº 608.0.89468/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.258. Procedimento Ministerial nº 114.0.36536/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

3.259. Inquérito Civil nº 608.0.184279/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.260. Procedimento Ministerial nº 592.0.227714/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

3.261. Inquérito Civil nº 705.0.161693/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.262. Inquérito Civil nº 003.0.213979/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

3.263. Inquérito Civil nº 003.0.179697/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.264. Procedimento Ministerial nº 241.0.41677/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;

3.265. Procedimento Ministerial nº 003.0.83081/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.266. Inquérito Civil nº 644.0.160082/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

3.267. Procedimento Ministerial nº 705.0.58330/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:**

3.268. Procedimento Ministerial nº 719.0.8352/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;

3.269. Inquérito Civil nº 674.0.159766/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

3.270. Procedimento Ministerial nº 608.0.163038/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.271. Inquérito Civil nº 644.0.170143/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

3.272. Procedimento Ministerial nº 596.0.105671/2013, da 17ª Promotoria de

Justiça de Feira de Santana;

3.273. Procedimento Ministerial nº 598.0.98665/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.274. Inquérito Civil nº 596.0.231765/2012, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.275. Inquérito Civil nº 590.0.88267/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.276. Procedimento Ministerial nº 003.0.22760/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

3.277. Procedimento Ministerial nº 003.0.211147/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

3.278. Inquérito Civil nº 003.0.27879/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.279. Procedimento Ministerial nº 674.0.187920/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

3.280. Inquérito Civil nº 698.0.159355/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;

3.281. Inquérito Civil nº 003.0.26627/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.282. Inquérito Civil nº 003.0.119389/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.283. Inquérito Civil nº 167.0.97702/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

3.284. Procedimento Ministerial nº 596.0.136189/2016, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.285. Procedimento Ministerial nº 608.0.25917/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.286. Procedimento Ministerial nº 003.0.96664/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

3.287. Inquérito Civil nº 596.0.65763/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.288. Inquérito Civil nº 598.0.133377/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.289. Inquérito Civil nº 598.0.47693/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.290. Procedimento Ministerial nº 705.0.161706/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.291. Inquérito Civil nº 592.0.119520/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim.

**4. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.228563/2016. ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO NO EXTERIOR. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA FELIPE OTAVIANO RANAURO. RELATOR: CONSELHEIRO NIVALDO DOS SANTOS AQUINO.**

**5. APRESENTAÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL RELATIVAMENTE AOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS.**

**6. O QUE OCORRER.**

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 01 de fevereiro de 2017.

**EDIENE SANTOS LOUSADO**  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público